
Banco Ribeirão Preto S.A.

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Ribeirão Preto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras



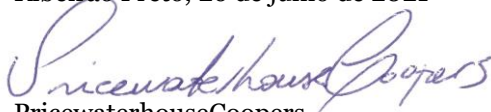
Banco Ribeirão Preto S.A.

ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das investidas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria das investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 26 de julho de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1



Senhores acionistas, conselheiros e clientes: Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 30 de junho de 2021.

O primeiro semestre de 2021 foi marcado pelo recrudescimento da pandemia, com aumento considerável do número de óbitos no Brasil. No entanto, a 2ª onda de Covid-19 teve um menor impacto sobre atividade econômica, em comparação com observado em 2020.


Mesmo com o atraso da vacinação no Brasil, as famílias e as empresas se mostraram mais adaptadas à pandemia. Desta forma, o consumo das famílias não apresentou retração na mesma proporção ocorrida no começo da pandemia, pelo contrário, houve recuperação. Do lado das empresas, o investimento continuou crescendo no primeiro semestre, sendo o principal motor de crescimento da economia brasileira neste período.

Do ponto de vista fiscal, houve significativa melhora da arrecadação e redução das despesas, principalmente pela queda dos gastos extraordinários associados ao combate da pandemia. Além disso, a surpresa positiva no crescimento do PIB do primeiro trimestre, deve levar a redução da relação dívida bruta/PIB para próximo de 80% no final de 2021.

Em março, o Banco Central iniciou um ciclo de elevação da taxa SELIC, que atualmente está em 4,25%. Este aumento se justifica pelo aumento da inflação corrente – o IPCA acumulado nos últimos 12 meses está em 8,35% - e das expectativas para 2021 e 2022, que já se encontram acima da meta estabelecida pelo CMN.

Dentro deste cenário, o BRP continuou em sua missão e seguiu em seu plano estratégico, focando nas evoluções tecnológicas através dos projetos que fazem parte da Agenda BC#, se aproximando cada vez mais dos clientes e aproveitando as oportunidades que se descortinaram nesta nova conjuntura.

Neste semestre o BRP manteve intenso desenvolvimento da sua infraestrutura de APIs possibilitando maior dinamismo na prestação de serviços e na busca por novas parcerias que agreguem valor aos clientes. O projeto Open Banking, capitaneado pelo Regulador, em sua evolução, Open Finance, fará a integração de serviços financeiros às diferentes jornadas digitais dos clientes, facilitando a contratação de produtos de forma ágil e segura.



No projeto de recebíveis de cartão o BRP continua na vanguarda, participando junto das registradoras habilitadas que interoperam entre si, incentivando a cadeia para o tomador final. O Pix (pagamento instantâneo) foi mais um marco para o BRP que facilitou a experiência do usuário através dos canais de comunicação APP e *netbanking*.

Continuamos trabalhando na implantação de plataformas, mais modernas que demonstram a missão do BRP que é estar engajado na inovação financeira impactando diretamente nossos clientes, acionistas e colaboradores.

Com isso, o BRP primeiro semestre de 2021 com um total de ativos de R\$ 1.070,53 milhões, com a carteira de crédito expandida (Empréstimos/ Financiamentos, fianças, CPRs, CDCA, CRA e Debêntures) representando R\$ 706,98 milhões com um crescimento de 12,19% em relação aos saldos de carteira em 31 de dezembro de 2020. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 19,02 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 183,82 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado saltou para 23,1%.

O total de depósitos, contemplando os depósitos a vista, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras Garantidas (LFG) somou R\$ 617,17 milhões, com decréscimo de 3,77% em relação aos valores de 31 de dezembro de 2020.

Ao final do semestre, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R\$ 176,26 milhões, equivalente a 95,89% do seu patrimônio.

O patrimônio líquido representou 14,50% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 9,25%. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público na matriz da instituição.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A..

Ribeirão Preto, 26 de julho de 2021.

A Administração

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	7
2 Apresentação das demonstrações financeiras	7
3 Descrição das principais políticas contábeis	7
4 Caixa e equivalentes de caixa	10
5 Títulos e valores mobiliários	10
6 Instrumentos financeiros derivativos	11
7 Operações de crédito	12
8 Investimentos	14
9 Depósitos, Captações no mercado e Emissões de títulos	14
10 Obrigações por empréstimos e repasse	15
11 Outras obrigações	16
12 Imposto de renda e contribuição social	16
13 Contingências	17
14 Patrimônio líquido	18
15 Gerenciamento de capital, riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional	18
16 Transações com partes relacionadas	20
17 Outras informações	20

Banco Ribeirão Preto S.A.

Balanço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Nota	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante		593.339	696.636	Circulante		502.834	561.965
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.012	152.101	Depósitos	9	85.359	70.590
Disponibilidades		24	102	Depósitos à vista		33.221	23.409
Aplicações interfinanceiras de liquidez		19.988	151.999	Depósitos a prazo DPGEN		52.138	40.052
Títulos e valores mobiliários	5	353.728	297.539	Captações no mercado aberto		120.802	80.000
Carteira própria		225.442	205.065	Carteira própria		120.802	80.000
Vinculados à prestação de garantias		6.789	11.468	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	160.431	226.258
Vinculados a compromissos de recompra		121.497	81.006	Recursos de letras de crédito imobiliário		143.427	135.894
Instrumentos financeiros derivativos	6	3.692		Recursos de letras de crédito do agronegócio		6.645	5.958
Instrumentos financeiros derivativos		3.692		Recursos de letras de financeiras garantida		10.359	84.406
Relações interfinanceiras		3.306	567	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	10	114.598	162.344
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3.306	567	BNDES		113	
Operações de crédito	7	160.428	176.512	FINAME		1.651	478
Setor privado		163.458	177.776	FUNCAFÉ		112.834	161.866
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(3.030)	(1.264)	Instrumentos financeiros derivativos	6	2.343	
Outros créditos		44.775	54.436	Instrumentos financeiros derivativos		2.343	
Créditos tributários	12	6.277	12.495	Outras obrigações	11	19.301	22.773
Títulos e crédito a receber - Sem Característica de Concessão de Crédito	17	15.573	19.054	Sociais e estatutárias		3.498	6.776
Títulos e crédito a receber - Com Característica de Concessão de Crédito	7	20.037	22.423	Fiscais e previdenciárias		8.795	11.738
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Com Característica de Cessão de Crédito	7	(188)	(199)	Diversas		7.008	4.259
Diversos		2.977	396	Não Circulante		383.876	365.192
Créditos a receber	7	522	712	Depósitos	9	222.998	216.039
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Créditos a receber	7	(114)	(102)	Depósitos a prazo		85.373	100.914
Prêmio a diferir sobre créditos a receber		(309)	(343)	DPGEN		137.625	115.125
Outros valores e bens	17	7.398	15.481	Instrumentos financeiros derivativos	6		2.288
Ativos não financeiros mantidos para venda		7.398	17.524	Instrumentos financeiros derivativos			2.288
Provisões para desvalorizações			(2.043)	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	144.807	128.448
Não Circulante		477.188	392.391	Recursos de letras de crédito imobiliário		96.572	121.269
Realizável a longo prazo		466.723	384.645	Recursos de letras de crédito do agronegócio		48.235	7.179
Títulos e valores mobiliários	5	23.134		Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	10	14.270	18.210
Carteira própria		23.134		BNDES		1.236	2.173
Instrumentos financeiros derivativos	6		3.606	FINAME		1.030	3.511
Instrumentos financeiros derivativos			3.606	FUNCAFÉ		12.004	12.526
Operações de crédito	7	363.889	326.241	Outras obrigações		1.801	207
Setor privado		369.657	333.057	Débitos tributários	12	1.801	207
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(5.768)	(6.816)	Patrimônio líquido	14	183.817	161.869
Outros créditos		72.112	54.798	Capital de domiciliados no País		163.710	139.692
Créditos tributários	12	9.506	6.467	Reserva de capital		4.581	3.468
Títulos e crédito a receber - Sem Característica de Concessão de Crédito	17	16.187		Reservas legal		951	1.274
Créditos a receber	7	51.980	54.054	Reservas de lucros		14.575	17.435
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Créditos a receber	7	(3.849)	(3.669)	Total do passivo e patrimônio líquido		1.070.527	1.089.027
Prêmio a diferir sobre créditos a receber		(1.712)	(2.054)				
Outros valores e bens	17	7.588					
Ativos não financeiros mantidos para venda		9.631					
Provisões para desvalorizações		(2.043)					
Investimentos	8	10.235	7.497				
Imobilizado de uso		230	249				
Outras imobilizações de uso		745	714				
Depreciações acumuladas		(515)	(465)				
Total do ativo		1.070.527	1.089.027				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		<u>72.409</u>	<u>48.414</u>
Operações de crédito		64.764	41.877
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		(1.955)	6.905
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		9.600	(368)
Despesas da intermediação financeira		<u>(26.990)</u>	<u>(18.714)</u>
Operações de captação		(21.604)	(12.347)
Operações de empréstimos e repasses		(2.133)	(2.796)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 (e)	<u>(3.253)</u>	<u>(3.571)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		45.419	29.700
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(11.511)</u>	<u>(12.780)</u>
Receitas de prestação de serviços		1.054	519
Despesas de pessoal	17 (i)	(5.435)	(5.114)
Outras despesas administrativas	17 (ii)	(6.783)	(5.202)
Despesas tributárias		(1.925)	(1.590)
Outras receitas operacionais		151	
Resultado de participação em controlada	8	<u>1.427</u>	<u>(1.393)</u>
Resultado operacional		33.908	16.920
Resultado não operacional		<u>54</u>	<u>161</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		33.962	17.081
Imposto de renda e contribuição social	12	<u>(12.838)</u>	<u>(2.770)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8.065)	(6.466)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.773)	3.696
Participações no resultado	17 (iii)	<u>(2.100)</u>	<u>(1.500)</u>
Lucro líquido no semestre		<u>19.024</u>	<u>12.811</u>
Juros sobre o capital próprio	14	(3.498)	(3.200)
Número de ações		<u>162.776.579</u>	<u>138.758.190</u>
Lucro líquido por ação - R\$		<u>0,11</u>	<u>0,09</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado líquido do período	19.024	12.811
Itens que não serão reclassificados para o resultado	<u>1.113</u>	<u>1</u>
Atualização de títulos patrimoniais	<u>1.113</u>	<u>1</u>
Saldos finais	<u>20.137</u>	<u>12.812</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

		<u>Reserva de capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>				
	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Atualização de títulos patrimoniais</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reservas especiais de lucro</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		119.926	1.719	1.064	12.836		135.545
Aumento de capital social	14	19.766		(1.064)	(12.836)		5.866
Atualização de títulos patrimoniais			1				1
Lucro líquido no semestre						12.811	12.811
Destinações:							
Reserva legal				640		(640)	
Juros sobre o capital próprio	14					(3.200)	(3.200)
Lucros a disposição dos acionistas					8.970	(8.970)	
Saldos em 30 de junho de 2020		<u>139.692</u>	<u>1.720</u>	<u>640</u>	<u>8.970</u>		<u>151.022</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		139.692	3.468	1.274	17.435		161.869
Aumento de capital social	14	24.018		(1.274)	(17.435)		5.309
Atualização de títulos patrimoniais			1.113				1.113
Lucro líquido no semestre						19.024	19.024
Destinações:							
Reserva legal				951		(951)	
Juros sobre o capital próprio	14					(3.498)	(3.498)
Lucros a disposição dos acionistas					14.575	(14.575)	
Saldos em 30 de junho de 2021		<u>163.710</u>	<u>4.581</u>	<u>951</u>	<u>14.575</u>		<u>183.817</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	19.024	12.811
Provisão para impostos sobre o lucro correntes e diferidos	12.838	2.770
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.253	3.571
Provisão para participações no resultado	2.100	1.500
Depreciações	50	41
Resultado de participação em controlada	(1.427)	1.393
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	12.287	(128)
Variação de ativos e passivos	<u>(179.535)</u>	<u>38.107</u>
Títulos e valores mobiliários	(91.610)	(1.708)
Instrumentos financeiros derivativos	(86)	(3.521)
Relações interfinanceiras	(2.739)	(1.087)
Operações de crédito	(24.817)	(29.968)
Outros créditos	(20.492)	10.434
Outros valores e bens	495	(324)
Depósitos	21.727	17.090
Obrigações por operações compromissadas	40.802	20.184
Recursos de letras de crédito imobiliário e do agronegócio	(49.468)	67.295
Obrigações por repasses	(51.686)	(43.293)
Instrumentos financeiros derivativos	55	2.234
Outras obrigações	(9)	2.161
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.707)	(1.390)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais	(131.410)	60.065
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento de lucros de controladas	-	1.000
Aquisição de investimentos	(198)	(6)
Adição de ativo imobilizado	(31)	(58)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimentos	(229)	936
Fluxo de caixa de atividade de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas	(450)	(400)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de financiamentos	(450)	(400)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(132.089)</u>	<u>60.601</u>
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	152.101	47.661
No fim do semestre	<u>20.012</u>	<u>108.262</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(132.089)</u>	<u>60.601</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco” ou “BRP”), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 2.121, 4º andar, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às carteiras comercial, crédito, financiamento, investimento e leasing. O Banco é controlado pela Varuna Investimentos Financeiras S.A.

O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região, além de fomentar as atividades mercantil, industrial e de agropecuária.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de julho de 2021.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A resolução nº2 de 12 de agosto de 2020, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras. Portanto, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente foi comparado ao Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações foram comparadas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

Em vigor desde 01 de janeiro de 2021, a Resolução nº 4.747 de 29 de agosto de 2019 estabeleceu o reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda, sendo reclassificadas para a rubrica contábil do ativo circulante na data que a instituição decidiu vendê-los e pelo prazo máximo de um ano a partir desta classificação ou reconhecimento inicial. O banco possui como ativos não financeiros mantidos para venda, bens não de uso recuperados pela instituição pela liquidação duvidosa.

3 Descrição das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas:

- (i) **Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrual*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e
- (iii) **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

(e) Mensuração do valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/01 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas “pro rata temporis” até a data do balanço. As receitas relativas às operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com os critérios que

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresente atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(g) Outros valores e bens

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original.

(h) Permanente

- **Investimento:** o Banco possui participação societária em empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. O investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo (Nota 8).

Conforme resolução 4.280/13, o Banco Ribeirão Preto S.A. fica dispensado de apresentar demonstração financeiras consolidadas.

- **Imobilizado de uso:** é demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 10%; veículos e equipamentos de processamento de dados 20%; edificações 4%.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (*impairment*) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor recuperável dos mesmos.

(i) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos.

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 120. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 20% (2020 – 20%). Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo (Nota 12).

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(k) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>30 de junho de</u> <u>2021</u>	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2020</u>
Disponibilidades	24	102
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
NTN - Notas do tesouro nacional		151.999
LFT - Letras financeiras do tesouro	19.988	
	<u>20.012</u>	<u>152.101</u>

5 Títulos e valores mobiliários

A carteira é composta por aplicações em títulos públicos e classificados em categoria de título mantidos para negociação, e privados, podendo ser classificados em categoria de título mantidos para negociação, como debêntures e CRAs (certificados de recebíveis do agronegócio) e classificados na carteira mantidos até o vencimento, tais como CDCAs (certificado de direitos creditórios do agronegócio) de pessoas jurídicas que exercem atividades voltadas para o agronegócio e CPRs (cédula de produto rural) emitidas por produtores rurais.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30 de junho de 2021			31 de dezembro de 2020	
	Prazo de vencimento				
	Custo corrigido	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado (contábil)	Acima de 360 dias	Valor de mercado (contábil)
LFT - Letras financeiras do tesouro	17.747	(55)	17.692		42.916
LTN - Letras do tesouro nacional	110.323	(6.268)	104.055		121.511
NTN - Nota do tesouro nacional	25.390	130	25.520		-
Vinculados à prestação de garantias	7.197	(409)	6.788		11.468
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	24.358	263	24.621		5.600
Debêntures	19.168	879	20.047		18.596
Títulos para negociação	204.183	(5.460)	198.723	-	200.091
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	11.770	(72)	11.698		6.570
CPR - Cédula de produto rural	45.161	(217)	44.944	23.134	9.872
Títulos mantidos até o vencimento	56.931	(289)	56.642	23.134	16.442
Carteira própria	261.114	(5.749)	255.365	23.134	216.533
Vinculados a compromisso de recompra: LTN/LFT	127.345	(5.848)	121.497		81.006
Total	388.459	(11.597)	376.862	23.134	297.539
Circulante			353.728		297.539
Não circulante			23.134		

Os títulos privados estão registrados e custodiados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e os títulos públicos registrados e custodiados na SELIC (Sistema especial de liquidação e custódia).

6 Instrumentos financeiros derivativos

A operação caracteriza-se como uma estratégia que utiliza os instrumentos financeiros derivativos, especificamente opções, sendo estabelecidas através de opções de compra e venda. Essa operação é considerada de renda fixa, e não sofre influência das variações dos preços dos ativos subjacentes (opções).

	30 de junho de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Prazo de vencimento			
	Valor contábil	Acima de 360 dias	Valor contábil	
Posição ativa				
Instrumentos financeiros derivativos				
Box 4 pontas	3.692			3.606
Posição passiva				
Instrumentos financeiros derivativos	2.343			2.288
Box 4 pontas				

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Operações de crédito

(a) Composição da carteira por modalidade de operação - Setor privado

	<u>30 de junho de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Capital de giro	288.578	272.230
Conta garantida	17.171	19.834
Desconto/CDC - Crédito direto ao consumidor	37.227	38.665
Repasses de recursos do BNDES/FINAME	4.079	6.288
Vendor/CCE	25.370	3.989
Crédito pessoal	9.180	11.032
Financiamento rural/Agroindustriais/FUNCAFÉ	126.611	133.695
Cessão de crédito imobiliário	52.502	54.766
CCBI/CCI - Cédula de crédito imobiliário	<u>44.936</u>	<u>47.523</u>
	605.654	588.022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (d))	<u>(12.949)</u>	<u>(12.050)</u>
	<u>592.705</u>	<u>575.972</u>

(b) Composição da carteira por setor de atividade - Setor privado

	<u>30 de junho de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
Indústria	32.626	29.309
Comércio	84.315	104.806
Serviços	297.558	279.399
Pessoas físicas	137.449	132.481
Rural	<u>53.706</u>	<u>42.027</u>
	605.654	588.022

(c) Composição da carteira por faixa de vencimento das parcelas - Setor privado

	<u>30 de junho de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2020</u>
A vencer acima de 360 dias	421.637	387.111
A vencer entre 90 e 360 dias	94.629	162.901
A vencer até 90 dias	80.442	33.966
Vencidas	<u>8.946</u>	<u>4.044</u>
	605.654	588.022

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestre findo em 30 de junho	
	2021	2020
Saldo inicial	(12.050)	(10.011)
Baixas no exercício	2.354	3.626
Constituição de provisão	(4.215)	(7.544)
Reversões de provisão	962	1.879
Saldo final	(12.949)	(12.050)

Em atendimento às Resoluções nºs 2.682/99 e 2.697/00, do Conselho Monetário Nacional, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é feito com base nos níveis de risco das operações de crédito. O risco da carteira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos:

							2021
Níveis de risco	Curso normal	Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% de provisão exigida pela Resolução nº 2.682	
AA	108.991		108.991	18,00			
A	344.552	3.688	348.240	57,50	1.741	0,5	
B	85.967	5.674	91.641	15,13	916	1	
C	28.447	6.328	34.775	5,74	1.043	3	
D	3.621	2.832	6.453	1,07	645	10	
E	274	8.191	8.465	1,40	2.540	30	
F	18	1.328	1.346	0,22	673	50	
G	116	1.058	1.174	0,19	822	70	
H	1.723	2.846	4.569	0,75	4.569	100	
	<u>573.709</u>	<u>31.945</u>	<u>605.654</u>	<u>100,00</u>	<u>12.949</u>		

O valor de R\$ 31.945 (2020 - R\$ 25.712), apresentado na coluna atraso, é representado por contratos com parcelas vencidas no final de cada período.

							2020
Níveis de risco	Curso normal	Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	% de provisão exigida pela Resolução nº 2.682	
AA	160.515		160.515	27,30			
A	303.880	4.350	308.230	52,42	1.541	0,5	
B	59.526	4.723	64.249	10,92	642	1	
C	23.366	4.385	27.751	4,72	833	3	
D	11.937	2.757	14.694	2,50	1.469	10	
E	2.382	3.217	5.599	0,95	1.680	30	
F	319	1.200	1.519	0,26	759	50	
G	27	1.104	1.131	0,19	792	70	
H	358	3.976	4.334	0,74	4.334	100	
	<u>562.310</u>	<u>25.712</u>	<u>588.022</u>	<u>100,00</u>	<u>12.050</u>		

O Banco não tem como prática a cessão de créditos a terceiros, e no semestre findo em 30 de junho de 2021 não realizou operações dessa natureza.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No semestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no valor de R\$ 18.016 (2020 – R\$ 1.817), cujo valor está registrado em “Receita da intermediação financeira – Operações de crédito” na Demonstração do resultado. O volume de renegociações em 2021 foi de R\$ 15.496 (2020 – R\$ 44.552).

8 Investimentos

(a) Investimentos em controlada

O Banco possui investimento no montante de R\$ 1.495 (2020 - R\$ 67) na BRP Assessoria Ltda., que possui como principal atividade a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira. No semestre, a investida auferiu lucro líquido de R\$ 1.501 (2020 – R\$ 282). A participação do Banco é de 99% no capital social da controlada. Não foram distribuídos lucros no semestre.

(b) Outros investimentos

O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R\$ 8.740 (2020 - R\$ 7.430), que se referem, substancialmente, a participação na CIP – Câmara Interbancária de Pagamento e na CRT4 – Central de Registro de Títulos e Ativos S/A.

9 Depósitos, Captações no mercado e Emissões de títulos

(a) Composição por vencimento

	Vencimento				
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	30 de junho de 2021
Depósito à vista	33.221				33.221
Depósito a prazo		3.155	48.061	85.373	136.589
Captação Estruturada			922		922
DPGEN				137.625	137.625
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA		16.438	133.634	144.807	294.879
LFG - Letra Financeira Garantida		10.359			10.359
	<u>33.221</u>	<u>29.952</u>	<u>182.617</u>	<u>367.805</u>	<u>613.595</u>

	Vencimento				
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro de 2020
Depósito à vista	23.409				23.409
Depósito a prazo		10.820	29.232	100.012	140.064
Captação Estruturada				902	902
DPGEN			7.129	115.125	122.254
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA		32.941	108.911	128.448	270.300
LFG - Letra Financeira Garantida			84.406		84.406
	<u>23.409</u>	<u>43.761</u>	<u>229.678</u>	<u>344.487</u>	<u>641.335</u>

Os recursos de aceites e emissão de títulos são representados substancialmente por LCI – Letras de crédito imobiliário que são lastreadas pelas operações de crédito vinculadas a CCI – Cédula de crédito imobiliário.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Maiores depositantes

	30 de junho de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Valor	% sobre Carteira	Valor	% sobre Carteira
Maior	243.586	39,70	237.875	37,09
10 maiores	435.429	70,96	402.220	62,72
20 maiores	503.648	82,08	451.131	70,34

Demonstrado no item como maior depositante, destaca-se a parceira com uma plataforma de distribuição de títulos emitidos pelo BRP.

10 Obrigações por empréstimos e repasse

	Vencimento			30 de junho de 2021
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Repases do BNDES (i)		113	1.236	1.349
Repases do FINAME (i)	64	1.587	1.030	2.681
Repases FUNCAFÉ (ii)	48.228	64.606	12.004	124.838
	<u>48.292</u>	<u>66.306</u>	<u>14.270</u>	<u>128.868</u>
	Vencimento			31 de dezembro de 2020
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Repases do BNDES (i)			2.173	2.173
Repases do FINAME (i)	2	476	3.511	3.989
Repases FUNCAFÉ (ii)	250	161.616	12.526	174.392
	<u>252</u>	<u>162.092</u>	<u>18.210</u>	<u>180.554</u>

- (i) Referem-se a repases de recursos do BNDES/FINAME, com vencimento final até 2024, sobre as quais incide a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), taxa pré-fixada e taxa Selic.
- (ii) Referem-se a repases de recursos do FUNCAFÉ, sobre as quais incide a taxa de juros aproximadamente de 2,25% a.a. (2020 – 2,25% a.a.) para os recursos liberados aos clientes e a taxa Selic para os recursos ainda não liberados.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Outras obrigações

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Impostos a recolher	8.795	11.738
Encargos trabalhistas	1.078	627
Juros sobre capital próprio (Nota 14)	3.498	6.776
Participações no resultado	2.100	1.900
Credores diversos	2.393	1.075
Passivo tributário diferido (Nota 12)	1.801	207
Provisões para contingências (Nota 13)	279	279
Outros	1.158	378
	21.102	22.980

12 Imposto de renda e contribuição social

(a) Conciliação de alíquota

		Semestre findo em 30 de junho
	2021	2020
Resultado antes dos impostos sobre lucros e participações	33.962	17.080
Despesas de participações no resultado	(2.100)	(1.500)
Juros sobre o capital próprio	(3.498)	(3.200)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	28.364	12.380
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	1.073	1.569
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	(11.356)	3.272
Base de cálculo	18.081	17.221
IRPJ (15%)	2.712	2.583
Adicional (10%)	1.796	1.476
Incentivos fiscais	(59)	(54)
IRPJ (25%)	4.449	4.005
CSLL (20%)	3.616	3.444
Efeito Majoração		(983)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.065	6.466

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição dos tributos diferidos

	<u>30 de junho de</u> <u>2021</u>	<u>31 de dezembro de</u> <u>2020</u>
Créditos tributários		
IRPJ e CSLL diferido sobre:		
· Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.999	15.078
· <i>Impairment</i> de outros valores e bens	920	920
· Provisão para contingências	126	126
· Participações no resultado	945	855
· Ajuste a mercado de títulos de valores mobiliários	5.322	1.979
· Outros	135	5
Majoração Alíquota CSLL	336	
	<u>15.783</u>	<u>18.963</u>
Débitos tributários		
IRPJ e CSLL diferido sobre:		
· Ajuste a mercado de instrumentos financeiros	(1.801)	(207)
· Outros		
Tributos diferidos, líquidos	13.982	18.756
Menos: parcela circulante	<u>(6.277)</u>	<u>(12.495)</u>
Parcela não circulante	<u>9.506</u>	<u>6.468</u>

(c) Movimentação dos tributos diferidos

	<u>30 de junho de</u> <u>2021</u>	<u>31 de dezembro de</u> <u>2020</u>
Saldo inicial	18.756	15.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.081)	(195)
Participações no resultado	90	45
Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros/derivativos	1.750	1.704
Outros créditos	130	(73)
Efeito majoração da alíquota (i)	<u>337</u>	<u>1.676</u>
Saldo final	<u>13.982</u>	<u>18.756</u>
% Sobre o patrimônio líquido	<u>7,61</u>	<u>11,59</u>

- (i) Por meio da Medida Provisória nº 1.034 de 01 de março de 2021, o Governo Federal alterou a alíquota da CSLL para as instituições financeiras para 25% de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021. Desta forma, o registro dos impostos diferidos, foram considerados conforme a nova alíquota de 25% no período citado, cuja realização é suportada por estudo de realização de créditos tributários.

(d) Estimativas de realização

Com base na estimativa da administração do Banco, para a realização dos créditos tributários, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 30 de junho de 2021 de 0,34% a.m., é de R\$ 13.281 (2020 – R\$ 18.462).

13 Contingências

O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contingências tributárias são representadas por processos em que se discute a inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinada norma ou movidos pela Administração Tributária Federal, nas situações de hipotético pagamento insuficiente ou em desacordo com o entendimento do órgão fiscalizador.

As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos pelo Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica “Outras obrigações” no montante de R\$ 279 (2020 – R\$ 279).

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda que montam a R\$ 8.592 (2020 – R\$ 4.688) e que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

14 Patrimônio líquido

O capital social está representado por 162.776.579 (2020 - 138.758.190) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País no montante de R\$ 163.710 (2020 – R\$ 139.692).

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 01 de fevereiro de 2021, foi aprovado o aumento do capital social com a emissão de 24.018.389 novas ações ordinárias, sendo utilizados recursos de reservas como segue: legal – R\$ 1.274, de lucros – R\$ 17.435, créditos dos acionistas de juros sobre capital próprio – R\$ 6.776 deduzidos de imposto de renda retido na fonte de R\$ 1.016 e de pagamentos no valor de R\$ 450 aos acionistas. O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 24 de fevereiro de 2021.

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação societária. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, após as deduções estatutárias, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

O valor de R\$ 14.575 em 30 de junho de 2021 (30 de junho de 2020 – R\$ 8.970), refere-se ao saldo remanescente do lucro após a destinação para reserva legal e para juros sobre capital próprio, constituído para a reserva especial de lucros cuja destinação será deliberada pelos acionistas.

No semestre, o Banco provisionou R\$ 3.498 (2020 – R\$ 3.200) a título de juros sobre o capital próprio que está demonstrado na rubrica “Outras obrigações – Sociais e Estatutárias”, o que representa 18,39% (2020 – 24,98%) do lucro líquido do período.

15 Gerenciamento de capital, riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional

(a) Gerenciamento de capital

Visando atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de mercado

A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, dólar, preços de inflação e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em Negociação e Não Negociação.

Nas operações classificadas como Negociação o BRP utiliza a metodologia “*value-at-risk*” para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como Não Negociação o BRP adotou o modelo *EVE* (*Economic Value of Equity*) a partir de 31 de dezembro de 2015 para cálculo do risco, que consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos ativos e passivos através de uma taxa de desconto da carteira. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos de longo prazo.

A área de Gestão de Risco é a responsável pela atividade de gerenciamento do risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN.

(c) Risco de crédito

As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação.

(d) Risco de liquidez

O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

(e) Risco operacional

A área de Gestão de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco.

(f) Risco Socioambiental

A área de Gestão de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco socioambiental com especificações dispostas na Resolução nº 4.327/14 do CMN. Os riscos socioambientais são identificados como um dos componentes das diversas modalidades de risco a que a instituição está exposta. Compete a área de Risco a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental de todas as suas atividades e operações dos clientes. A área analisa a implementação da governança dos clientes no que se refere à gestão de políticas ambientais e sociais sob ótica de danos relacionados a poluição, à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC n° 05, aprovado pelo CMN através da Resolução n° 4.636/18, consolidada pela Resolução n° 4.818/20.

As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 30 de junho:

(a) Saldos e operações

Descrição	Parte relacionada	2021		2020	
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Depósitos	Pessoa Física	(248)	(3)	(750)	(5)
Depósitos	Pessoa Jurídica	(2.191)	(6)	(249)	(4)
LCI - Letras de crédito imobiliário	Pessoa Física	(13.781)	(586)	(23.306)	(581)
LCA - Letras de crédito do agronegócio	Pessoa Física	(8.533)	(249)	(5.489)	(147)
		(24.753)	(844)	(29.794)	(737)

(b) Remuneração da administração

As despesas nos semestres de 2021 e 2020 com remuneração dos administradores são compostas basicamente de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, estão registrados na rubrica “Despesas de pessoal” e “Participação nos resultados” na demonstração do resultado do semestre.

17 Outras informações

- (i) Outras despesas administrativas – Referem-se, substancialmente a despesas de serviços prestados R\$ 3.010 (2020 – R\$ 2.256), despesas com tecnologia e informação R\$ 1.882 (2020 – R\$ 1.663) e despesas de aluguéis e instalações R\$ 650 (2020 – R\$ 456).
- (ii) Durante o semestre foram provisionadas participações no resultado no montante de R\$ 2.100 (2020 – R\$ 1.500) baseado nas diretrizes definidas pela administração.
- (iii) Os outros valores e bens referem-se à escrituração de imóveis recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo menor valor entre o custo contábil e o valor justo, avaliados periodicamente quanto ao valor recuperável real dos bens e, quando aplicável, é constituída provisão. A administração continua não medindo esforços na diluição dos ativos não financeiros.
- (iv) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito no montante R\$ 31.760 (2020 – R\$ 19.054) com destaque ao reconhecimento no semestre de ativo no valor de R\$ 12.124 referente à recuperação de crédito baixado para prejuízo no ano de 2018 e dois contratos de permuta financeira com empreendedoras, no montante de R\$ 24.208, em trâmites de aprovação junto a Prefeitura e secretaria do planejamento de diretrizes urbanísticas.

* * *